

CPI vai propor que não se *Orçamento* atenuem penas de corruptos



A CPI da máfia do Orçamento vai propor drásticas mudanças na legislação para combater a impunidade e evitar os desvios de verbas públicas. O deputado Aloizio Mercadante (PT-SP) pretende incluir no relatório final do deputado Roberto Magalhães (PFL-PE) uma proposta de projeto de

lei que proíbe a concessão de qualquer benefício na pena ao réu que desviou recursos públicos, enquanto ele não devolver todo o dinheiro ao Estado.

O juiz do Rio que roubou US\$ 200 milhões da Previdência pegou 15 anos de cadeia. Como é réu primário e se tiver bom comportamento a atual lei permite que ele cumpra só um sexto da pena e, depois, vá gastar o dinheiro desviado dos cofres públicos”, criticou Mercadante.

O presidente da CPI, senador Jarbas Passarinho (PPR-PA), afirma que pelo menos três medidas são essenciais para pôr fim aos escandalosos desvios das verbas pú-

blicas no País: o fim da imunidade parlamentar para o deputado ou senador responder a processo criminal; mudanças na forma de tramitação do Orçamento e alterações na lei eleitoral que deve prever as contribuições para campanhas.

— Ao invés de só ficarmos fazendo indicações de pessoas que devem ser punidas, precisamos alterar as leis através das quais os desonestos podem fazer o que têm feito — disse Passarinho. É opinião unânime dentro da CPI que, com a atual legislação, os responsáveis pelos rombos aos cofres públicos ainda consideram que o crime compensa.